

Palocci confirma superávit de 4,5% este ano

Celso Júnior/AE

Segundo ministro, arrecadação extra permite cumprimento total do Orçamento

RENATO ANDRADE

BRASÍLIA – O governo decidiu ontem que vai economizar mais R\$ 4,2 bilhões este ano, ampliando o esforço fiscal de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,5%. Segundo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o crescimento econômico acima do previsto provocou um aumento da arrecadação que permite o esforço adicional, sem comprometer a execução de todos os projetos previstos no Orçamento federal.

“Estamos aproveitando um momento positivo de arrecadação, e em vez de simplesmente gastar mais vamos fazer os investimentos essenciais e também ampliar um pouco nosso superávit”, disse Palocci. “Economizar um pouco mais faz bem ao País”, completou.

Apesar de aparentemente ter

sido descartada na terça-feira pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, uma mudança na meta fiscal de 2005 não está totalmente fora de questão. “Não seria adequado que o governo, antes de o Congresso debater o Orçamento de 2005, introduza qualquer mudança”, disse Palocci. “Até dezembro, vamos estar dialogando com o Congresso. Qualquer proposta será debatida antes com o relator e com os parlamentares.”

A decisão de aumentar o esforço fiscal foi sacramentada ontem durante reunião de quase

três horas no Palácio da Alvorada, entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros Palocci, Dirceu e Guido Mantega (Planejamento). Segundo o ministro

da Fazenda, os efeitos do aquecimento da economia brasileira garantiram até agora um aumento da arrecadação acima do crescimento do PIB, o que possibilita a economia extra.

Como a execução dos projetos orçamentários está garantida, o governo optou em economizar mais para aumentar o



Palocci e Mantega falam aos jornalistas após reunião com o presidente Lula: meta ampliada

pagamento de juros, reduzindo o endividamento público. Segundo Mantega, a arrecadação adicional não seria bem aproveitada se fosse colocada em investimentos sem planeja-

mento adequado.

Esse esforço adicional será totalmente absorvido pelo governo federal, ou seja, Estados, municípios e empresas estatais continuarão com suas metas fiscais

inalteradas. Até agosto, o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central economizaram R\$ 40,3 bilhões, para uma meta anual de R\$ 41,1 bilhões, conforme dados do Siste-

ma Integrado de Administração Financeira (Siafi). Os dados oficiais serão conhecidos hoje. Com o aumento da meta, o governo terá de fazer até dezembro uma economia de pelo menos R\$ 45,3 bilhões.

Mesmo ampliando o esforço, o Orçamento de 2004 será integralmente cumprido e haverá espaço ainda para que o governo inclua investimentos especiais, como a reforma de portos e a adoção de novas medidas de redução da carga tributária para 2005. O projeto de reforma dos principais portos do País custará, este ano, R\$ 63 milhões.

A decisão de ampliar o esforço fiscal de 2004 não foi tomada, segundo Palocci, visando apenas seus efeitos sobre a política de juros do Banco Central. Analistas acreditam que o superávit fiscal maior permitirá ao BC não aumentar fortemente a taxa Selic. “Não discutimos a questão do compromisso fiscal do governo em função da política monetária”, disse Palocci. O ministro reconheceu, entretanto, que o esforço adicional terá seus efeitos sobre a política de juros. “É evidente que todo esforço fiscal ajuda o conjunto das políticas econômicas, inclusive a política monetária.” (Colaborou Sérgio Gobetti)